

A formação do distrito de São João (município de Goiás) e sua dinâmica territorial

The formation of the São João district (a municipal of Goiás) and its territorial dynamics

La formación del distrito de São João (municipio de Goiás) y su dinámica territorial

Dallys Dantas
Universidade Federal de Goiás
dallysdantas@gmail.com

Resumo

No Brasil, os distritos municipais, especialmente seus núcleos urbanos, as vilas, constituem uma realidade carente de estudos que levem em consideração as suas relações internas e aquelas estabelecidas com outros pontos do território. O estado de Goiás possui atualmente 71 distritos municipais, dentre eles o distrito de São João. Criado em 1968, no município de Goiás, esse distrito tem a sua formação vinculada à gênese e evolução da vila homônima. O poder público teve papel fundamental nesse processo por meio da implantação de uma estação telegráfica, uma escola e uma rodovia. Inserido em uma rede urbana regional, a posição e função do distrito traduzem a sua dependência política e econômica em relação à sede do município de Goiás bem como às cidades vizinhas. A possibilidade de compreensão dos distritos e vilas, nesse sentido, aponta para a necessidade de considerá-los no âmbito de uma rede de articulações, seja em escala local, seja entre diferentes lugares.

Palavras-chave: Distrito de São João; formação; dinâmica territorial.

Abstract

In Brazil, the municipal districts, especially its urban centers and villages, represents a reality that lacks proper studies that takes into account their internal relations and those established with other parts of the territory. The state of Goiás currently has 71 municipal districts, including the district of São João. Which was created in 1968, in the Goiás municipality, this district has its creation linked to the genesis and evolution of the homonymous village. The government played a key role in this process through, the implementation of a telegraph station, a school and a highway. Set in a regional network, position and function of the district translated its political and economic dependence in regards to Goiás county headquarters and

the neighboring cities. The possibility of the understanding between the districts and villages in this sense points to the need to consider them in the context of a joint environmental network, whether at the local scale or between different places.

Keywords: District of São João; formation; territorial dynamics.

Resumen

En Brasil, los distritos municipales, especialmente sus núcleos urbanos, los pueblos, constituyen una realidad carente de estudios que lleven en consideración sus relaciones internas y aquellas establecidas con otros puntos del territorio. El estado de Goiás tiene actualmente 71 distritos municipales, entre ellos el distrito de São João. Creado en 1968, en el municipio de Goiás, ese distrito tiene su formación vinculada a la génesis y evolución del pueblo homónimo. El poder público tuvo papel fundamental en ese proceso por medio de la implantación de una estación telegráfica, una escuela y una carretera. Insertado en una red urbana regional, la posición y función del distrito traducen su dependencia política y económica en relación a la sede del municipio de Goiás así como a las ciudades vecinas. La posibilidad de comprensión de los distritos y pueblos, en ese sentido, apunta para la necesidad de considerarlos en el ámbito de una red de articulaciones, sea en escala local, sea entre diferentes lugares.

Palabras clave: Distrito de São João; formación; dinámica territorial.

Introdução

Ao transitar por Goiás, ou mesmo por outro estado brasileiro, quem não já se deparou com um pequeno aglomerado de casas e pontos comerciais às margens de uma rodovia e, diante disso, se perguntou: “que cidadezinha é esta?”. Numa situação assim, o viajante parece não saber que, em algumas ocasiões, não se trata de uma cidade, mas sim de uma vila. Nesse contexto, conforme esclarecido por Souza e Castilho (2014), no Brasil, vila é o lugar onde geralmente se concentram os habitantes de um distrito municipal. Este, por sua vez, corresponde a uma subdivisão político-administrativa de um município. No país, vila é a sede do distrito e oficialmente considerada um núcleo urbano. Apesar desse esclarecimento conceitual, há uma certa penumbra quanto ao funcionamento interno e as relações dos distritos e vilas com outros pontos do território em diferentes escalas.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar a formação e dinâmica territorial do distrito de São João, município de Goiás-GO. Para isso, analisamos a gênese e evolução de sua vila bem como o seu atual funcionamento, especialmente no contexto da rede urbana. O recorte espacial é, no caso da formação, a escala local, embora se reconheça a influência regional nesse processo. No caso da dinâmica, adotamos a escala regional, dada a posição e função da vila em relação às demais localidades nessa escala. Em ambos os casos, consideramos a articulação do núcleo urbano com o meio rural à sua volta.

A formação

O Distrito de São João, pertencente ao município de Goiás-GO (Figura 1), localiza-se na Microrregião Rio Vermelho, que, por sua vez, integra a Mesorregião Noroeste Goiano.



Figura 1. localização do distrito de São João, município de Goiás-GO.

De acordo com a Figura 1, o distrito de São João compreende a porção noroeste do município de Goiás, cuja área é de 3.108,019 km² (IBGE, 2014a). Faz fronteira com os municípios de Itapirapuã, a oeste; Matrinchã, a noroeste; e Faina, ao norte. A vila, situada às margens da rodovia GO-070, dista aproximadamente 75 quilômetros, a noroeste, da cidade de Goiás, sede do município. Em decorrência disso, mantém relações mais estreitas com cidades próximas, especialmente Itapirapuã, distante a 20 quilômetros pela rodovia já mencionada. De acordo com dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2011a), em 2010, a população distrital era de 498 habitantes, sendo 290 residentes no meio rural e 208, no urbano. Em 2014, porém, através de pesquisa de campo, constatamos que a população urbana sofreu uma discreta redução, de 208 para 203 habitantes.

A gênese da vila tem como marco inicial a descoberta de uma mina d'água sulfurosa¹. No início da década de 1930, a área onde hoje está localizada a vila era uma

1. Segundo o Código de Águas Minerais vigente no Brasil, o Decreto-Lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945, Art. 1º, são classificadas como águas sulfurosas “as que contiverem, por litro, no mínimo 0,001 g do anionte S” (enxofre).

fazenda denominada São João da Gurita. A fazenda integrava uma região denominada Piedade, onde a pecuária bovina era uma das principais atividades econômicas. Conforme argumentam Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2004), as atividades agropastoris constituíram-se o principal fator de povoamento do território goiano. No caso de São João, corrobora esse argumento o fato de que boa parte de seus antigos e atuais moradores ser de migrantes, oriundos de estados como Ceará e Bahia, por exemplo, e que ali chegaram em função da oportunidade de trabalho agropastoril.

Havia na região, portanto, peões para lidar com o gado. Esses homens passaram a notar que algumas reses, que “vagavam soltas” pela fazenda, iam frequentemente a um mesmo local em busca de água. Ali os peões observaram que, enquanto os córregos das proximidades secavam segundo a estação do ano, a água brotava perenemente por entre a pedra, formando ao redor uma espécie de brejo, ao que deram o nome de “bebedouro”.

O senhor Natalino Antônio de Bastos, de 88 anos e morador da vila há décadas, conta que vivia numa fazenda próxima ao Rio Vermelho, distante cerca de três quilômetros, e como era a relação com o bebedouro.

Menino, eu vou falar pro cê. Nós tinha gado ali do outro lado do rio [vermelho]... o gado vinha pra cá, então bebia daquela água... era um xererezinho bem pequenininho que chupava... nós vinha aí, buscava o gado e ia embora. Mas depois a turma descobriu. Aí veio uma turma de doutor e descobriu essa água aí. (NATALINO ANTÔNIO DE BASTOS, maio de 2014).

De acordo com os relatos de moradores e ex-moradores, “São João é antigo” e parece ter surgido, enquanto povoado, aproximadamente entre o final da década de 1920 e o início da de 1930. Também há controvérsias sobre o feitor do descobrimento. Para uns, foi um padre (DAHER, 2004); para outros, um caçador que explorava a região (BASTOS; SILVA, 2005).

Vejamos o que escreveu Zoroastro Artiaga sobre as águas de São João.

Frei Manoel [...] viajava um dia, em Setembro, pela zona denominada Piedade, em companhia de um guia de confiança. Sentindo muita sede, pediu ao condutor que lhe mostrasse uma fonte onde ao menos pudesse umedecer e refrescar o rosto. Desviando da rota, tomaram a esquerda em direção de Oeste e foram encontrar nas proximidades do Rio Vermelho, distante dele treze quilômetros, uma pedra, de onde brotava uma água cristalina, azulada, rodeada por uma lama sulfurosa, amassadíssima pela frequência do gado da circunvizinhança, que no auge da canícula apresentava nutrido e liso. Observador profundo e instruído em botânica e mineralogia, Frei Manoel viu logo que tinha em sua frente um verdadeiro tesouro! (DAHER, 2004, p. 65).

É interessante notar que o gado apresentava-se “nutrido e liso” mesmo “no auge da canícula”. Ou seja, em pleno período de estiagem e calor, como no mês setembro, as águas do “bebedouro” pareciam propiciar força e boa aparência ao gado que delas bebiam. Este poderia ter sido o indício de que a água era boa para o consumo humano.

Daí o seu aproveitamento. Quanto a Frei Manoel, “o guia lhe disse que aquela fonte não prestava, porque ninguém dela bebia, pois ela tinha o gosto de lavagem de espingarda ou de enxofre”. Porém, o religioso não deu ouvidos ao guia e “bebeu com delícia, da fonte, que classificou sulfurosa, com propriedades admiráveis para o tratamento dos intestinos, do estômago e das vias urinárias” (DAHER, 2004, p. 65).

A partir da descoberta das águas, não demorou a se espalhar a notícia de suas maravilhas curativas. Assim, pouco a pouco as pessoas chegavam até o local em busca da “água milagrosa”. Os mais necessitados e crédulos logo se instalaram nas proximidades da mina. Ranchos de palhoça eram montados para o abrigo e estadia junto às águas e não demoraram a constituir moradias permanentes. Um pouco mais afastadas foram surgindo também as primeiras e pouquíssimas moradias feitas de adobe e pau-a-pique. O povoado ia se formando à medida que mais gente frequentava aquele lugar e nele passava a residir. O bebedouro foi, portanto, o epicentro do povoado.

Com base na narrativa de Artiaga, pode-se inferir que o caso teria ocorrido na segunda década do século passado. No texto, Zoroastro informa que tais acontecimentos ocorreram há 30 ou 35 anos antes de sua redação. Considerando que foi redigido provavelmente no final da década de 1940, tendo em vista o fato de mencionar ações do governo de Coimbra Bueno, que comandou o estado entre 1947 e 1950, é razoável concluir que a aventura de Frei Manoel ocorrera entre os anos de 1912 e 1920. Portanto, pode-se igualmente presumir que as águas de São João já eram conhecidas antes disso, muito embora ainda não da maneira tal que as constituíram o principal fator de formação do povoado.

Conforme se lê nos escritos de Artiaga, publicados por sua sobrinha, Nice Monteiro Daher, no livro *Velhos Portais* (DAHER, 2004, p. 65-70), o próprio autor era um dos beneficiários das águas de São João. Zoroastro comenta sua qualidade, considerando-a superior à da fonte encontrada na cidade de Goiás. “Algumas horas depois do engarrafamento os gases se desprendem do líquido, e ficam sob a rolha, de modo que ao ser aberta a garrafa se evaporam deixando apenas uma excelente água potável melhor do que a da Carioca ou qualquer água de mesa” (DAHER, 2004, p. 66). Também faz algumas considerações sobre o acesso ao local a partir da antiga capital, descrevendo as condições dos caminhos que levavam à fonte de São João, cujo potencial hidroterapêutico lhe rendeu o status de “Araxá Goiano”.

Desse retiro à fonte é muito perto, podendo-se chegar até às imediações de S. João com os automóveis, havendo entre este, trechos maus, sendo preferível deixá-los à margem da rodovia. Até que se faça estrada para as águas sulfurosas é bom fazer assim. A região é toda ela cheia de empecilhos naturais. O terreno é coberto de cascalho miúdo, quase que em toda a extensão que fica entre a estrada e a fonte, oferece condições vantajosas para a conservação da estrada de autos que for construída. Nas circunvizinhanças não existem moradores, nem se pode contar com recursos no local, devendo conduzir consigo o conforto que puder aquele que pretende visitar o Araxá Goiano (DAHER, 2004, p. 66).

A partir disso é possível concluir que, apesar do relativo fluxo turístico em direção às fontes, São João ainda era regionalmente “isolado”. Exaltando as ações do governo estadual e seus atores, Artiaga noticia a construção de uma rodovia que tiraria o povoado desse isolamento. Essa rodovia, conforme veremos adiante, de fato deu maior dinamismo ao povoado. Com palavras patrióticas, conclui o autor: “ficam aqui estas primeiras linhas sobre S. João que serão o toque de despertar para todos os goianos patriotas, para todos que tiveram a felicidade de nascer entre a Serra Dourada”. Contudo, o que o “divulgador do sertão goiano”² possivelmente não sabia é que São João já tinha sido noticiado na então capital federal, Rio de Janeiro, há pelo menos uma década antes de suas “primeiras linhas”.

Em 1934, as águas de São João já eram conhecidas no Rio de Janeiro. Naquele ano, a revista *A Informação Goyana*, que era editada na ex-capital federal, publica um artigo intitulado *Águas Sulfurosas em Goyaz*. O texto, pouquíssimo conhecido e que também trata de outra fonte a caminho do antigo Registro do Araguaia (atual Araguaiana-MT), noticia sobre os benefícios das águas recentemente descobertas nas proximidades do Rio Vermelho. O autor, Marechal Eduardo Sócrates, um engenheiro ajudante da comissão construtora da linha telegráfica para o Mato Grosso, como ele mesmo informa, não só fala dos benefícios das águas, mas também explica como chegar ao povoado.

Telegramas de Goiás dão-nos a conhecer sensacionais e milagrosas curas, operadas em enfermos, que ali recorrem à fonte sulfurosa, recentemente descoberta à margem do rio Vermelho, que banha a Capital do Estado, jacente a cerca de 84 quilômetros, na estrada que a liga à povoação de Leopoldina. Batizaram-na com a denominação de São João, lugar despovoado outrora, onde provisoriamente levantam abrigos. A bemfazeja água brota de uma rocha marginal rio Vermelho e possui sabor característico, indicativo da presença de enxofre. Pode ser atingida, a partir desta Capital, em quatro dias de viagem, sendo três pela estrada de ferro. O viajante que tomar a R. P. 1 (rápido paulista) chega a São Paulo com tempo para alcançar o noturno para Ribeirão Preto, na estação da Luz. No segundo dia partirá de rápido para Araguay, que atingirá às 20,14, ali pernoitando; no terceiro dia, pela “Goyaz”, alcançará a estação Leopoldo de Bulhões, onde pernoitará; no quarto dia, tomará o auto e à tarde chegará à fonte (SÓCRATES, 1934, p. 14)

Subjacente à repercussão dos benefícios das águas de São João no Rio de Janeiro, na década de 1930, está o fato da conexão do território goiano com o sudeste do país, tanto pela via informacional (os telegramas) como pela rede técnica (as ferrovias). De acordo com o que escreveu Sócrates (1934), da capital, o acesso ao povoado poderia ser realizado através de quatro linhas ferroviárias (Rio-São Paulo; São Paulo-Ribeirão Preto; Ribeirão Preto-Araguari; Araguari-Leopoldo de Bulhões), que interligavam, portanto, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Castilho (2016), já apontara a importância da estrada ferro para a quebra do suposto “isolamento” do território goiano

2. Expressão utilizada por Giovana Galvão Tavares em sua tese de doutoramento intitulada *Zoroastro Artiaga - o divulgador do sertão goiano (1930-1970)*.

em relação ao restante do país a partir da década de 1910, período da sua implantação em Goiás.

Quanto à estrutura interna do lugarejo naquele período, havia, em 1934, um banheiro público e, em 1940, uma estação telegráfica. Com base no Guia postal-telegráfico do Brasil daquele ano (BRASIL, 1940), é possível notar, através do código de postagem, que a linha telegráfica ligava o povoado à cidade de Goiás. Assim, o telégrafo propiciava aos turistas e residentes do lugarejo a comunicação com a ex-capital do estado, de onde eventualmente se poderia solicitar socorro médico ou policial. Esta pode ser considerada uma das ações governamentais que contribuiriam para o desenvolvimento local. Mais do que isto, podemos dizer que a técnica inseria o povoado numa rede de comunicação que entranhava um território ainda pouco habitado (GOMES, TEIXEIRA NETO; BARBOSA, 2004).

Ao analisar a constituição do serviço telegráfico no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, Maciel (2001) assinala que o telégrafo era tido como vetor de modernização territorial, semelhantemente à ferrovia. Cria-se que ambas as técnicas poderiam transformar profundamente os lugares por onde passavam³. Nas cidades, o telégrafo “revolucionaria o comércio, a indústria e o mercado financeiro, agilizando a troca de informações e auxiliando no transporte de mercadorias”, assinala a autora (2001, p. 138).

Ainda na década de 1930, o Brasil contava com 1.450 estações telegráficas distribuídas por todo o território nacional (MACIEL, 2001). Para a autora (p. 141), a instalação de cada estação, além de significar um passo na oficialização da comunicação telegráfica, “pode ter sido apresentada como um dos instrumentos de integração nacional por meio das comunicações, de modo a vencer o isolamento de grupos, etnias, espaços e tempos diferenciados existentes no país”.

Assim, ainda que numa escala regional, o telégrafo em São João foi uma manifestação discreta, mas concreta, da quebra do status de “isolamento” que tanto “assombrou” o território goiano desde os tempos provinciais até recentemente (CHAUL, 2010). Contudo, não propiciou o “desenvolvimento dos homens e das indústrias” tal como predito por Rondon. Significou mais uma expressão material da política nacional integracionista do que um fator de desenvolvimento local, embora tenha inicialmente contribuído para isso.

3. Sobre as ferrovias, disse o geógrafo francês Pierre Denis: “os brasileiros constroem estradas [de ferro] em pleno deserto, em virtude de um princípio verificado nos Estados Unidos, de que as estradas desenvolvem as regiões que atravessam, e que o colono, o industrial e o comerciante seguem atrás das locomotivas... [a ferrovia] age como uma artéria vivificante... Novos caminhos abertos terminam na estação, perto da qual surge logo um pequeno centro comercial: hospedaria, armazém, farmácia, etc. Poucos anos depois tudo aquilo já é uma cidade florescente nascida como por encanto” (DENIS, 1909 apud MACIEL 2001, p. 138). Quanto ao telégrafo, assegurou o Marechal Rondon: “onde quer que chegue o telégrafo, ali far-se-ão sentir os benéficos influxos da civilização. Com o estabelecimento da ordem, obtida pela facilidade com que os governos podem agir [para] distribuir o bem público e a justiça, virá fatalmente o desenvolvimento do homem e das indústrias (RONDON, 1920 apud MACIEL, 2001, p. 138).

Outra ação governamental seria mais contundente para a evolução do povoado, a abertura de uma estrada que passaria por lá. Conforme informou Zoroastro Artiaga, “a rodovia de classe que se constrói para Itapirapuã passará pelas águas de São João” (DAHER, 2004, p. 65). Essa rodovia é a atual GO-070, principal via de acesso ao Distrito. Antes dela, o acesso era realizado seguindo-se por uma estrada de rodagem que ligava as cidades de Goiás e Aruanã (antiga Leopoldina), conforme já vimos na descrição de Sócrates (1934). Essa estrada ainda existe, conformando o fluxo entre os núcleos rurais da região. Era, portanto, pelos “caminhos de ontem”, e não pelos “de hoje” (TEIXEIRA NETO, 2001), que se chegava diretamente ao povoado.

Dirce Machado da Silva, de 87 anos, que atualmente reside na vila, conta que foi por esses antigos caminhos que ela e sua família, partindo de Bela Vista de Goiás, iam frequentar o lugarejo ainda na década de 1950. Dona Dirce, numa lucidez impressionante, recorda:

Eu lembro que a gente vinha por uma estradinha de chão que saía de Goiás [a cidade] e passava naquele povoadinho que eles chamam de Barra [atual Buenolândia], né... é... eu não me lembro de cruzar o rio [Vermelho] mesmo não... acho que nessa época nem tinha a ponte ainda... era assim que gente vinha pra cá. Teve uma vez, tava chovendo muito, aí a gente parou numa fazenda grande que tinha aqui perto, parece que chamava... Piedade, isso mesmo. O povo lá foi muito hospitaleiro com a gente. Até deixou minha filha numa cama (DIRCE MACHADO DA SILVA, maio de 2014).

A Figura 2 mostra o traçado antigo e as rodovias atuais que ligam o Distrito de São João à cidade de Goiás. A antiga rodovia ligava a cidade de Goiás à Leopoldina (atual Aruanã-GO). Observe que era traçada à direita do Rio Vermelho, em seu curso rumo ao Araguaia. O viajante que almejasse visitar São João tomava essa estrada até a zona da antiga fazenda Piedade, onde daí então seguia na direção sul até chegar ao “bebedouro”. Este era o caminho percorrido e narrado por Dona Dirce. O traçado antigo do caminho denota a relativa importância que o povoado representava naquele contexto regional, uma vez que constituía um dos pontos a serem interligados pela nova rodovia (a GO-070).

Em meados da década de 1940, já havia no povoado uma escola pública. “Escola Isolada de São João” era a denominação da unidade escolar que funcionava pelo menos desde abril de 1946, conforme consta nos registros de frequência diária da antiga unidade. Além dos poucos alunos locais, a escola recebia ainda estudantes das fazendas circunvizinhas ao povoado. Tanto as de cá como as de lá do Rio Vermelho, que dista cerca de dois quilômetros do local. O senhor Edmundo Correia Pedroso, de 88 anos e que atualmente reside em Itapirapuã, conta que morava numa dessas fazendas “do outro lado do rio” e frequentava a escola de São João porque era a mais próxima e também a única conhecida “naquela redondeza”. Daí, talvez, o termo “isolada”.

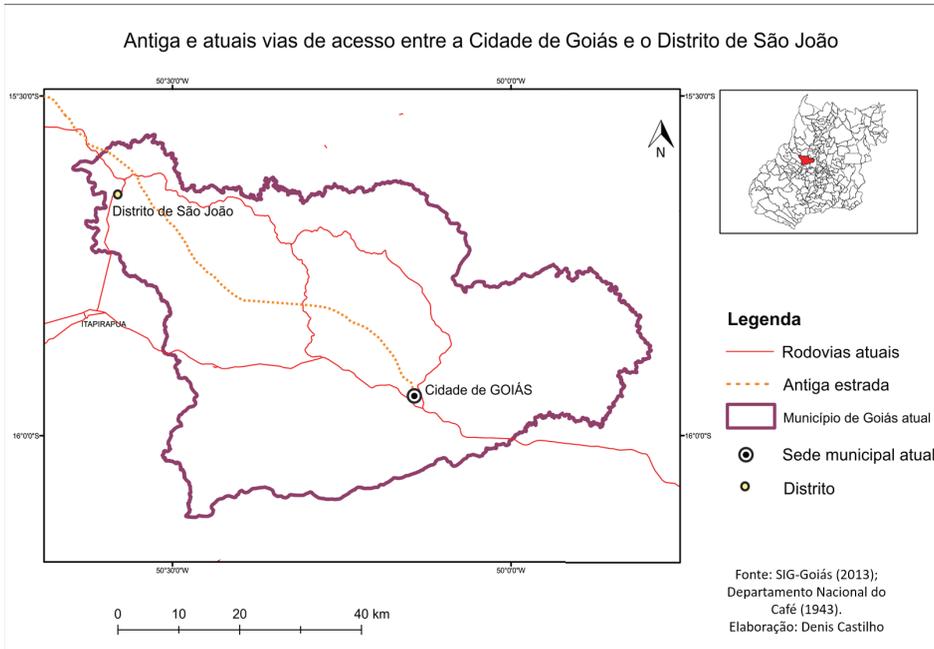


Figura 2. Antiga e atuais vias de acesso entre a Cidade de Goiás e o Distrito de São João

Algumas dessas formas, entretanto, tiveram o uso refuncionalizado. O banheiro público, cujo ao lado encontra-se um chafariz semelhante aos encontrados na cidade Goiás, passou por reformas e ainda continua de pé, desempenhando a mesma função de origem. O mesmo não se pode dizer da estação telegráfica e da escola. A primeira, que funcionou até aproximadamente o início da década de 1970, está hoje abandonada; a segunda, que também perdeu sua função original, foi refuncionalizada pelo uso residencial. Ambas constituem, portanto, para usar a expressão de Santos (1978), “rugosidades” do distrito (Figura 3).

Não há dúvida ao dizer que essa configuração territorial de São João é símbolo da investida modernizadora sobre o território nacional e, por consequência, sobre o goiano. Conforme defende Castilho (2016), as chamadas “redes técnicas” foram progressivamente sendo construídas na imensidão do território goiano, alterando o seu sentido de posicionamento e isolamento. O povoado estava, portanto, inserido nessa rede e dispunha de condições materiais relativamente favoráveis ao desenvolvimento local.

Faltava, no entanto, atividades econômicas que pudessem contribuir para isso. Além do governo, entra em cena outros agentes sociais. Retomando a questão das propriedades das águas, ainda na década de 1950, seu aproveitamento deu-se não somente pelos banhistas, mas também por uma atividade industrial em pequena escala. Como assinalado por Daher (2000), em companhia de Zoroastro Artiaga também frequentava



Figura 3. A) banheiro público; B) chafariz; C) antiga estação telegráfica e D) antiga escola (atualmente ocupada por moradores).

Fonte: fotografias do autor (2014).

São João um senhor conhecido por Carvalho Franco, que gerenciava o Grande Hotel em Goiânia à época. Pelo Decreto nº 44.972, de 2 de Dezembro de 1958, Art. 1º, “fica autorizada Carvalho Franco & Filho Ltda. a lavrar água mineral, em terrenos de sua propriedade no imóvel denominado Fazenda São João da Gurita, Distrito de Buenolândia, município de Goiás, numa área de cinqüenta hectares” (BRASIL, 1958, n.p.)

Nesse período, Carvalho Franco havia então adquirido um pedaço de chão envolta das fontes, onde dirigiu também um pequeno hotel ao lado da estação telegráfica. Note-se que antes da “distritação” de São João, a propriedade localizava-se no Distrito de Buenolândia. 50 hectares era a área passível de exploração, e não a do terreno do gerente. A atividade que sua pequena empresa empreendia era o engarrafamento da água sulfurosa para fins comerciais. Segundo relatos de alguns ex-moradores, o produto era comercializado principalmente em Goiânia, mas alcançou também outros mercados fora do estado, inclusive a então capital federal, Rio de Janeiro.

Contudo, a produção mineral não foi o bastante para caracterizar uma atividade econômica que provocasse mudanças significativas em termos de desenvolvimento. Embora não haja dados de produtividade efetiva, é presumível que a capacidade do recurso mineral não foi suficiente para atender a demanda comercial. Este seria, portanto, o motivo do infortúnio industrial. Talvez o maior impacto que a atividade industrial

tenha provocado foi de natureza social. Segundo os moradores mais antigos, Carvalho Franco tentou implodir as rochas próximas às fontes no intuito de aumentar a vazão e, por consequência, a produção. De pronto, a população organizou-se para impedi-lo. E conseguiu. O empresário teve que ceder à pressão popular. O fato constitui um dos episódios mais polêmicos de São João⁴.

Tudo isso ocorreu por volta do início da década de 1960. A essa altura de sua formação, o povoado já contava com elementos significativos que caracterizavam sua evolução: banheiros públicos, estação telegráfica, escola, rodovia estadual e hotel. Além desses, também contava com um cartório de registro civil e uma pensão, estabelecimentos estes dirigidos por famílias chegantes que incrementaram a população local. Bares, armazém e mercearia foram incrementando o quadro comercial do povoado.

Em 1963, próximo a uma das fontes, é erigida uma capela em homenagem ao santo padroeiro local, São João Batista (Figura 4). Conforme consta na placa de inauguração (29/07/1963), a capela foi “construída com a ajuda de fazendeiros e moradores da região”, fato que denota a participação dos demais agentes sociais na formação do lugar. A devoção pelas águas de São João já ocorria antes mesmo da capela, mas a sua construção representou um marco na organização social do povoado. Daí em diante iniciou-se a romaria que deu origem à tradicional “Festa de São João”, que ocorre anualmente no mês de julho e representa a principal atividade cultural do Distrito.



Figura 4. fonte d'água sulfurosa (a “biquinha”) e, ao fundo, capela e salão paroquial.
Fonte: fotografia do autor (2014).

4. O conflito já foi noticiado pelo Jornal Cinco de Março, nº 572, de 13 de março de 1972, editado em Goiânia. Ainda assim constitui um dos episódios mais polêmicos de São João e sua discussão parece provocar um certo desconforto à memória de algumas famílias envolvidas. Por isso, não cabe aqui prosseguir o assunto.

A Figura 4 ilustra a relação estabelecida entre o líquido mineral e a religiosidade local. A praça entre a capela e a fonte foi construída pela administração municipal na gestão 1993/1996, conforme consta na sua placa de inauguração. O salão paroquial é também outro símbolo material da religiosidade local. Mas o fato mais interessante, que a imagem por si só é incapaz de revelar, é a localização da capela que, não por acaso, está alicerçada no ponto mais elevado do relevo nas imediações da fonte. Assim, o templo religioso apresenta-se com evidência para quem vai em busca das águas de São João. A territorialização pela via da fé é, portanto, um importante fator na formação do lugar e também um marco na paisagem local.

Cinco anos após a construção da capela e também da primeira Festa de São João, o povoado seria alçado à categoria de vila. Isto porque, finalmente, pela Lei Estadual N^o. 6.944, de 19 de junho de 1968 (GOIÁS, 1968), é criado o Distrito de São João. E embora no Brasil as vilas devam possuir a mesma denominação de seus respectivos distritos, em São João essa determinação é, por assim dizer, sem efeito. “Águas de São João” é como ficou conhecida a vila do Distrito. Topônimo este justificado pelos dois elementos característicos do lugar: a ocorrência de águas minerais sulfurosas e a religiosidade impressa na paisagem local, especialmente pelo fato de a capela estar localizada próxima a principal fonte d’água (figura 4).

De acordo com a Lei, o Distrito foi anexado ao município de Goiás, que, por isso mesmo, passou a administrá-lo. Numa perspectiva jurídica, isto não representou mudanças significativas, pois, enquanto povoado, São João localizava-se no Distrito de Buenolândia, que também era (e ainda é) administrado por Goiás. Já em termos práticos, a criação distrital significou o reconhecimento, por parte do poder público, da evolução socioespacial do povoado.

A dinâmica

A própria formação, tal como acabamos de demonstrar, é um processo dinâmico. Contudo, cabe agora compreender as relações socioespaciais desenvolvidas a partir da criação do Distrito em si, o que significa considerar, de maneira mais relevante, o tempo presente. A vila é, a nosso ver, o lugar onde essas relações se manifestam de modo mais evidente. Por esta razão, é o foco de nossa análise. Sua articulação com o campo, através da oferta de mão-de-obra para atividades rurais, e também com algumas cidades, por meio do consumo de bens e serviços básicos, constitui, portanto, o principal aspecto que traduz a sua atual dinâmica. Mas para compreendermos isso, precisamos antes considerar um importante fato ocorrido no Distrito poucos anos após a sua criação, além de descrever e analisar alguns atributos da vila.

Em 1973, o governo estadual desapropria a área em torno das fontes com vistas à instalação de uma estância hidromineral. Considerando a ocorrência de “água de alto e reconhecido valor terapêutico e em volume suficiente para aproveitamento industrial” e a necessidade de garantir condições mínimas de modo a propiciar “a expansão da indústria

turística local” (GOIÁS, 1973), dentre outras razões, o governo estadual, por meio do Decreto Nº. 44, de 2 de abril de 1973, determina:

Art. 1º - ficam declaradas de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação, a área de 135, 01, 08 ha e as benfeitorias situadas no imóvel rural denominado “SÃO JOÃO DA GURITA”, no município de Goiás [...]. Art. 2º - o imóvel descrito no artigo antecedente se destina à instalação da “ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE SÃO JOÃO” (GOIÁS, 1973)

E pela Lei Nº. 7.619, de 12 de abril de 1973, o governador do estado, Leonino Di Ramos Caiado, ficou autorizado a abrir à Secretaria da Indústria e Comércio créditos especiais de até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para custear as despesas decorrentes da desapropriação. O pagamento aos moradores do Distrito pela desapropriação das benfeitorias de fato ocorreu, mas a instalação da referida estância, não. Houve até um projeto para a implantação de um hotel com 30 apartamentos e de um balneário (O POPULAR, 1978). No entanto, nada se concretizou. Mas por que o projeto turístico não foi adiante?

Uma possível resposta aponta para uma estratégia política. Nesse período, em plena ditadura militar, as eleições para prefeitos ocorriam segundo alguns critérios. De acordo com a Constituição Federal de 1967, o governador do estado, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa, é quem nomeava os prefeitos das capitais estaduais e dos municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual. E era este, portanto, o caso de Goiás, uma vez que São João localizava-se (e ainda localiza-se) dentro de seus limites territoriais.

A partir da desapropriação, parece ter havido um declínio no fluxo turístico ao local e, conseqüentemente, no desenvolvimento socioeconômico da vila. “Falta quase tudo em Águas de São João”, esse é o título da matéria veiculada pelo jornal O Popular cinco anos após a desapropriação (O POPULAR, 1978, p. 5). Segundo a matéria, era pouco o número de visitantes e, mesmo assim, a vila não oferecia condições para recebê-los, pois contava apenas com um precário hotel, uma pensão e dois armazéns que completavam a sua infraestrutura comercial. E a população local, cerca de 250 habitantes, nada podia construir ou ampliar para mudar a situação por conta da desapropriação. Mas apesar disso, algumas pessoas continuaram a residir na vila, pois nada havia sido demolido para as construções do governo. E nem foi. O projeto jamais saiu do papel e não passou, portanto, de um jogo político.

Mas o que isso tudo tem a ver com a atual dinâmica? Por não serem os “donos” de suas próprias residências, muitos moradores se sentiram estimulados a migrar. Este foi um fator interno. O externo foi o processo de urbanização pelo qual passava Goiás, com destaque para a polarização de Goiânia que concentrava a maior parte da população urbana do estado na década de 1970. O motivo? Podemos dizer que foi “a hegemonia de Goiânia na oferta de trabalho, bens e serviços, ou seja, de oportunidades para migrantes que migraram para a jovem capital político-administrativa”, conforme analisado por Arrais (2013, p. 113).

Desconhecemos dados oficiais sobre essa migração, mas, a partir de relatos de moradores e ex-moradores, estimamos que pelo menos 100 pessoas migraram de São João nos últimos 20 anos. Parece um número insignificante, mas possui uma certa relevância ao considerarmos o fato de que a população da vila há tempos gira em torno de 200 habitantes (O POPULAR, 1978; IBGE, 2000; 2010). Ou seja, normalmente partem os mais jovens em busca de emprego e estudo, ficando na vila os seus pais e avós. E os destinos mais procurados sempre foram Goiânia, pelos motivos já mencionados, e Aparecida de Goiânia, em função da proximidade com a capital.

A partir dessa dinâmica demográfica, característica de um processo de desterritorialização, podemos dizer que houve um processo de reterritorialização, uma vez que novos moradores passaram a adquirir residências em São João. Enquanto partiam, alguns sujeitos vendiam “suas” casas ou lotes para compradores de fora. Em outros casos, o mesmo migrante, após sua estabilização financeira, (re)adquiria um imóvel na vila. Apesar da falta de escritura, a compra e venda de imóveis ocorria (e ainda ocorre) livremente. Geralmente, são procurados por pessoas mais idosas, aposentados e por aquelas que desejam fazer de São João o seu “lugar de descanso, de sossego”, conforme relatado pelos visitantes.

Para termos uma ideia disso, atemo-nos para o fato de que dos atuais 143 imóveis domiciliares da vila, menos 09 sem ocupação nenhuma, 55 são de pessoas que residem em outras cidades. Ou seja, 41% são de uso ocasional. Taxa superior à de Caldas Novas, 33,8 %, uma das maiores do estado (IBGE, 2011a). E os proprietários desses domicílios são majoritariamente de Goiânia (34), mas também de Brasília (05), Goiás (05), Anicuns (03), Anápolis (02), Inhumas (02), Itapirapuã (01), Nova Veneza (01), Varjão (01) e até de uma cidade da Espanha (01). Outro dado interessante é o valor venal de um lote que, dependendo da localização⁵, chega a custar 20 mil reais, segundo os moradores da vila. E o de uma casa, 80 mil reais. Isto nos faz pensar que mesmo num lugar tão pequeno quanto São João haja também uma fragmentação do espaço urbano, tal como analisado por Corrêa (1997).

O cotidiano da população da vila de São João é pautado em relações típicas das chamadas cidades interioranas. Para alguns, sentar à porta de casa para pitar (fumar) ou simplesmente “jogar conversa fora” é um hábito rotineiro. Para outros, ir à igreja (católica ou evangélica) é uma rotina sagrada. Para os mais jovens, jogar futebol e sinuca é forma de lazer. Aos que não migram para estudar e/ou trabalhar, restam-lhe a colher de pedreiro, a enxada ou foice como instrumentos de trabalho. Parte da população masculina economicamente ativa se sustenta como lavradores e vaqueiros, mas também há quem sobrevive como pedreiro e até como pescador. As mulheres geralmente ficam cuidando dos filhos e da própria casa, mas algumas delas obtêm renda cuidando da casa dos outros, especialmente as dos proprietários que residem em outras cidades.

5. Essa localização define-se, sobretudo, em relação à praça onde está o salão de eventos (“ranchão”). É aí que ocorrem os festejos locais, o que faz da área o lugar “mais barulhento” e, por isso mesmo, menos atrativo para quem procura descanso. Mas também é óbvio que o valor do bem depende, no caso do lote, de sua dimensão, e se tratando da casa, de sua condição estrutural.

Tudo parece calmo em São João. O movimento mais intenso é dos automóveis que trafegam pela rodovia. Os bares com suas cadeiras quase sempre desocupadas e as ruas com a baixa circulação de pessoas transmitem a sensação de “paradão”, expressão esta comumente utilizada pelos próprios moradores. Mas, essa aparência de tranquilidade, tempo lento, etc., comumente relacionada às cidades do interior (e aí acrescentamos a vila), como estudou Castilho (2007), camufla o que de fato se passa. “Estas representações, que geralmente são absolutizadas pelo senso comum, têm-se tornado pejorativas, o que impede o entendimento de novas lógicas impostas e de velhos sentidos que são constantemente transformados” (CASTILHO, 2007, p. 15). Conclui o autor: “a síntese é: não vemos claramente o que se passa”.

Na vila, essas “novas lógicas” podem ser exemplificadas pelo uso da motocicleta em substituição ao animal (equinos e muares) e também da bicicleta para ir trabalhar na fazenda; do acesso à internet em casa e na escola; da intensificação da influência que a televisão exerce sobre as pessoas; etc. Os conflitos sociais, em razão de preferências político-partidária ou por questões familiares, são manifestações da quebra de “velhos sentidos”. O conhecimento desses atributos e características da vila, portanto, é fundamental para entendermos um pouco de sua participação numa rede urbana.

Como define Corrêa (1994, p. 8), a rede urbana é “um conjunto de centros funcionalmente articulados”. Segundo o autor, a existência de uma rede urbana deve satisfazer, no mínimo, três condições: 1) uma economia de mercado, isto é, a negociação num lugar distinto de onde ocorreu a produção; 2) pontos fixos no território, onde essa produção é negociada; e 3) um mínimo de articulação entre esses pontos fixos, verificada através da circulação da produção. Dessa forma,

A articulação resultante da circulação vai dar origem e reforçar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles, e ao tamanho demográfico. Esta diferenciação traduz-se em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e em especializações funcionais (CORRÊA, 1994, p. 7).

Diante disso, podemos afirmar que há uma rede urbana da qual a vila de São João participa, uma vez que é um ponto fixo no território, consome e negocia bens produzidos fora de lá e, por isso, se articula com outros pontos por meio da circulação desses bens. Dada a sua posição, portanto, a vila insere-se numa rede urbana regional na qual, segundo o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2007), a cidade Goiás é o principal centro de influência.

Apesar de sua centralidade funcional “oficial”, uma vez que é a sede do município ao qual pertence São João, a cidade de Goiás não é, de fato, o centro de maior influência direta sobre a vila. Isto porque, considerando a oferta de bens e serviços, principalmente os de consumo mais frequente (alimentação, medicamentos, etc), a distância entre ambas, aproximadamente 75 km, constitui o principal empecilho dessa relação. Cidades mais próximas, como Itapirapuã, Matrinchã e Jussara, são mais procuradas pelos moradores

de São João. Ou seja, cidades que ocupam posição inferior na hierarquia urbana, exercem influência sobre o referido Distrito, o qual, do ponto de vista dessa hierarquia urbana, ocupa posição ainda mais inferior que as cidades locais.

Apesar dessa articulação, a vila também exerce uma centralidade local, mesmo que mínima. As duas mercearias abastecem a população com uma relativa variedade de mantimentos (arroz, feijão, carne, óleo, etc.) e artigos de consumo frequente (papel higiênico, creme dental, sabonete, etc). O único açougue também tem clientela. Uma loja de materiais para construção, em fase de implantação, visa drenar a demanda local e das imediações, uma vez que, à beira do rio Vermelho, há um loteamento particular com dezenas de casas construídas e várias outras em construção. Por fim, o posto de combustível completa o quadro comercial, abastecendo a frota local, atualmente composta por 72 veículos (26 carros de passeio; 30 motocicletas; 03 utilitários; 02 camionetas; e 01 micro-ônibus). Segundo o gerente, a frota local participa em aproximadamente 50% do total de combustível comercializado; os viajantes (geralmente na volta para Matrinchã e Lua Nova), em 25%; e os habitantes das fazendas ao redor, nos 25% restantes.

A oferta de combustível é, portanto, uma das funções da vila em relação ao entorno rural imediato. A presença do cartório de registro civil em São João também atrai moradores das fazendas e chácaras próximos para a realização de casamentos civis e registros de nascimentos. A educação pública básica é ainda outra especialidade funcional da vila. Dos 23 alunos atualmente matriculados, 12 são da zona rural. A população rural também frequenta a vila para comprar óleo, sal, macarrão, cachaça, cigarros, etc. É através dessas relações, portanto, que se dá a articulação entre vila e o meio rural à sua volta.

A condição socioeconômica dos moradores da vila é um fator que explica, em parte, o grau de sua articulação com as cidades. A renda varia de 200 a 3.000 reais mensais, sendo pouquíssimas as pessoas com esse rendimento mais elevado. Os que recebem menos, (geralmente quem não possui renda fixa), fazem suas compras por lá mesmo, valendo-se da caderneta de anotação. Os de melhor situação declaram preferir ir à cidade, inclusive Goiânia. Dos 203 habitantes, 41 são aposentados e há também 08 servidores públicos (o agente ambiental, a escritã do cartório, duas professoras, e os zeladores da limpeza urbana). Por isso, em função de na vila não haver agência bancária, essas pessoas se deslocam até a “cidade” para receberem seus benefícios e proventos. Assim, o sujeito escolhe – sem muitas opções, dependendo da renda – este ou aquele local para fazer suas compras de mantimentos, adquirir móveis e eletrodomésticos ou simplesmente ir ao médico. E geralmente o local escolhido é simplesmente o mais próximo.

Itapirapuã é o local que atende a essas duas condições e, por isso, exerce uma maior centralidade em relação a São João. Localizada a 20 km da vila, a cidade tem a função de suprir suas demandas, uma vez que dispõe de farmácias, lojas de móveis, eletrodomésticos, roupas e calçados, e supermercados, dentre outros estabelecimentos comerciais. Também dispõe de agências bancárias, o que propicia aos aposentados e

servidores públicos o recebimento de suas rendas e, convenientemente, a “compra do mês”. A cidade ainda recebe os estudantes matriculados na 2ª fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, pois na vila é oferecida educação escolar apenas do 1º ao 5º ano.

A articulação que São João mantém com os demais núcleos urbanos à sua volta, portanto, ajuda-nos a compreender a própria dinâmica socioeconômica do distrito. Em outras palavras, a participação na rede urbana regional é um dos atributos que influenciam a dinâmica territorial do distrito de São João.

Considerações finais

O distrito de São João, pertencente ao município de Goiás, tem sua formação territorial vinculada à gênese e evolução de sua vila, popularmente conhecida como “Águas de São João”. A descoberta de água sulfurosa no local deu origem ao povoado, inicialmente ocupado por pessoas crédulas no milagre de cura atribuído ao líquido mineral. A partir daí, o povoado evolui em decorrência, sobretudo, da intervenção do poder público, responsável pela implantação de infraestrutura existente no local. Os banheiros públicos, a antiga estação telegráfica, a rodovia, a antiga escola, portanto, representam elementos significativos da atuação governamental que culminou na criação oficial do distrito em 1968. Depois, a desapropriação, a energia elétrica, a escola, as praças, a pavimentação das ruas, as casas populares, a reserva ambiental, enfim, uma série de ações do poder público continua dando forma ao espaço distrital. Daí a possibilidade de se pensar no distrito enquanto território, uma vez que é irrefutável a força material da dimensão política no espaço.

Dizer que as águas de São João estão se escoando pelo tempo não é uma metáfora exagerada. Em razão do poder terapêutico de suas fontes, a vila já exerceu força centrípeta na região e no estado. Atualmente, porém, promove a centrifugação não de produtos e serviços, mas sim de pessoas. Afinal, nem só de água vivem os homens. O uso do líquido é obviamente apenas uma das atividades realizadas pelas pessoas na/da vila. A necessidade de assistência à saúde, de alimentação e de trabalho, dentre outras demandas individuais e coletivas, lhes impõe igualmente a necessidade de supri-las. Nesse caso, considerando o fato de a vila de São João não oferecer a maioria desses bens e serviços, torna-se evidente a ligação entre a vila e outras localidades à sua volta. Fato que justifica, portanto, sua participação na rede urbana e constitui um importante aspecto de sua dinâmica territorial.

A partir da realidade observada no distrito de São João, conclui-se que: seja na escala local ou regional, importa à Geografia conhecer e compreender a formação e dinâmica territorial dos distritos e vilas de Goiás, uma vez que não só compõem o quadro territorial goiano como também o dinamiza a partir de suas relações de trocas entre si e outros pontos do território.

Referências

- ARRAIS, Tadeu Alencar. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- ARTIAGA, Zoroastro. Águas de São João. In: DAHER, Nice Monteiro. *Velhos portais*. Goiânia: Kelps, 2004.
- BRASIL. *Guia postal-telegráfico do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1940.
- CASTILHO, Denis. *Tempo do espaço, tempo da vida: uma leitura socioespacial de Heitorai*. Goiânia: Editora Ellos, 2007.
- CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: *Revista Território*, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p. 43-53.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.
- IBGE. *Biblioteca online*. Brasília, 2014.
- GOIÁS (Estado). *Constituição Estadual de 1967*. Goiânia, 2014a.
- GOIÁS (Estado). *Constituição Estadual de 1989*. Goiânia, 2014b.
- GOIÁS (Estado). *Criação dos municípios de Goiás*. Goiânia, 2014c.
- GOIÁS (Estado). Decreto Nº. 44, de 2 de abril de 1973. Considera de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terras e benfeitorias no município de Goiás. *Diário Oficial [do] Estado de Goiás*, Goiânia, n. 11748, 9 abr. 1973.
- GOIÁS (Estado). *Emenda Nº 1 à Constituição do Estado de Goiás*. Goiânia, 2014d.
- GOIÁS (Estado). Lei Nº. 6.944, de 19 de junho de 1968. Cria o Distrito de São João, no município de Goiás. *Diário Oficial [do] Estado de Goiás*, Goiânia, n. 10.597, 14 ago. 1968.
- GOIÁS (Estado). Lei Nº. 7.619, de 12 de abril de 1973. Autoriza a abertura de créditos especiais à Secretaria da Indústria e Comércio, até o limite de Cr\$ 500.000,00. *Diário Oficial [do] Estado de Goiás*, Goiânia, n. 11.767, 9 mai. 1973.
- GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora da UFG, 2004.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MACIEL, L. A. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

SOUZA, Dallys Dantas de; CASTILHO, Denis. Os distritos em Goiás: definições oficiais e apontamentos teóricos. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v.34, n. 3, p. 525-545, set.-dez. 2014.

SÓCRATES, Eduardo Arthur. Águas sulfurosas em Goyaz. In: *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n° 3, v. 19, p. 14, out. nov. 1934.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. In: *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, vol. 21, n. 1, jan/jul. 2001, p. 51-68.

DALLYS DANTAS DE SOUZA

Professor da Secretaria Municipal da Educação de Aparecida de Goiânia.

Graduado em Geografia pela Instituto de Estudos Socioambientais da

Universidade Federal de Goiás, onde atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Av. Hamburgo, Res. Metrôpoles, Jd. Novo Mundo, Goiânia-GO,

CEP: 74.703-110.

E-mail: dallysdantas@gmail.com

Recebido para publicação em outubro de 2015

Aprovado para publicação em fevereiro de 2016